

Nesta Edição:

– O caminho é a greve

Boletim da

8 de abril de 2016

*Corrente Proletária
na Educação*

Escreva para Caixa Postal 630 - CEP 01059-970 - S. Paulo - SP

O caminho é a greve

O governador voltou a repetir que não há reajuste. O Secretário da Educação, José Renato Nalini, já mostrou que não tem nenhum poder de decisão. As reuniões com a Apeoesp não avançam, porque tudo depende da ordem que vem de Alckmin. Diante da proposta de transformar o bônus em reajuste, o secretário forjou uma pesquisa online para dar como resultado a aceitação da política do PSDB de bônus, ao invés de reajuste. Em poucas horas, estampou a conclusão da enquete: 92% são favoráveis ao bônus. Se vencesse a transformação do bônus em reajuste, os professores teriam de amargar o miserável índice de 2,5% e, assim, o governo daria por encerrada as reuniões em torno do reajuste de 2016. Como se vê, era uma manobra.

O fato é que Alckmin vem cortando os recursos da educação. A maioria das escolas se encontra à mingua: falta tudo. O roubo da merenda penalizou unicamente os alunos, que passam horas a fio sem comer nada de substancioso. Os professores são obrigados a usar o dinheiro do salário para xerocar os textos e atividades, que são necessários nas aulas. A situação ainda é pior nas escolas dos bairros pobres. Não por acaso, aumentam as licenças médicas e as faltas de professores e funcionários.

O governador está de costas para a educação pública. As medidas estão voltadas a punir os trabalhadores (faltas médicas transformadas em injustificadas), limitação de faltas abonadas (diretor estipula quantos professores podem utilizar esse direito por dia), o uso da licença prêmio a critério da direção e diretorias de ensino, a não concessão de férias aos professores que repuseram aulas da greve ou que tiveram as escolas ocupadas, etc.

Eis aí por que não podemos ficar calados. A política de Alckmin é a da divisão dos professores, objetivando quebrar a força da classe. Por isso, aposta na despolitização, no individualismo e na concorrência para fazer valer a bonificação e a meritocracia. Superar esse obstáculo é uma tarefa coletiva da vanguarda, que compreende a importância da unidade dos professores, funcionários e estudantes para enfrentar a política destruidora do ensino público do PSDB. E a principal tarefa está na defesa dos métodos próprios dos explorados, entre eles, o da greve.

Alguns dirão que as greves da educação são longas e não têm arrancado as reivindicações. Que não há unidade nas escolas, porque uma parte não acata as decisões de assembleias. Que, após a greve, vem punição da reposição de aulas para os que lutaram. Que uma parcela se aproveita da greve para encurtar a jornada diária de aulas (antecipação de aulas ou as salas vazias). Essas e inúmeras outras reclamações são constantes. Mas há uma verdade que está acima de todas as lamentações: somente com luta é possível conquistar salário, emprego e direitos. Essa é a maior lição que um trabalhador deve ter em seu currículo.

Nesse momento, estamos obrigados a nos posicionar pela retomada da luta direta. E o caminho é o da greve.

Reposição das perdas salariais, nada de pedir esmolas

As perdas salariais são volumosas. O poder de compra de nossos salários se reduziu mais de 50%, nesses últimos anos. Em 2015, não tivemos um centavo. Os reajustes anteriores foram parcelados e abaixo da inflação oficial. A diretoria da Apeoesp disse que o reajuste deveria ser de 16,6%. Para quem ganha R\$ 1.500,00, significa pouco mais de duzentos reais. Em seguida, fala dos 75,33%, mas apenas como denúncia da miséria em que se encontram os professores.

Uma campanha salarial de verdade se inicia com a aprovação do índice de reposição. Isso é importante para impulsionar o movimento grevista. Pedir pouco para comover o governador não significa maior possibilidade de conquista. Ao contrário, a *conquista vem da luta coletiva pelas reivindicações que de fato são vitais. Exijamos o que nos é de direito.*

Governos federal, estadual e municipal avançam contra os salários e direitos do funcionalismo

Em meio à crise política, os governantes pressionam pela aprovação de um projeto de lei que corta direitos do funcionalismo público, como a suspensão de reajustes salariais e novas vantagens por dois anos, suspensão de concursos públicos e de toda contratação de pessoal e elevação das alíquotas de contribuição previdenciária para 14%.

O que faz Alckmin é antecipar o que está para ser aprovado no Congresso Nacional. Basta ver o decreto que proibiu o reajuste, a suspensão de novas contratações de professores, a lei das faltas médicas, etc.

Como se vê, não dá para ficar calado. O caminho é o da greve.

Um só movimento em defesa da escola pública, dos salários, dos empregos e dos direitos

A campanha salarial dos professores se inicia a partir da rica experiência de luta dos estudantes, com a ocupação de mais de 200 escolas. Inicia se somando com os pais, que demonstraram solidariedade efetiva com os professores e alunos durante as ocupações. E deve começar conclamando a unidade com os funcionários das escolas, que trabalham como loucos e recebem salários de fome.

*Uma só assembleia de trabalhadores da educação, pais e estudantes.
Um só movimento para quebrar a intransigência de Alckmin.*

Escreva para Caixa Postal 630 - CEP 01059-970 - São Paulo - SP - www.pormassas.org